

Interpelação Escrita

Deputado José Maria Pereira Coutinho

Ausência de “Curriculum Vitae” (CV) e de informações relevantes da actividade privada exercida pelos membros dos fundos, conselhos consultivos e demais entidades ao serviço do interesse público.

Tanto no sector público quer na privada deparamos com alguma regularidade o problema de conflito de interesses em que o maior prejudicado é o cidadão para além da sociedade, sendo importante a existência mecanismos internos e externos que sejam independentes e que possam agir perante situações de conflito de interesses e de incompatibilidades.

Quando um servidor público coloca seus interesses pessoais acima dos interesses colectivos que ele deveria servir, isso gera uma distorção na tomada de decisões e no exercício de suas responsabilidades, criando desigualdades e injustiças perpetuando a corrupção e prejudicando a equidade na distribuição dos recursos e benefícios públicos.

Recentemente, os cidadãos prestaram muita atenção com a questão do suicídio duma jovem figura pública cuja empresa foi beneficiada durante anos com elevadas verbas do erário público provenientes do **Fundo de Desenvolvimento de Cultura**.

Recordemos que Janeiro de 2022, procedeu-se à fusão do Fundo de Cultura com o Fundo das Indústrias Culturais, sem aumentar a transparência de dados dos membros e dos peritos que compõe as várias **Comissões de Avaliação de Actividades e Projectos do FDC**, nomeadamente a divulgação pública dos “Curriculum Vitae” (CV), profissão ou se são titulares ou detém participações sociais em sociedades ou empresas comerciais, sendo difícil escrutinar o conflito de interesses ou de incompatibilidades aquando da atribuição de fundos provenientes do erário público.

Também a título exemplificativo, vejamos que, salvo raras excepções dos que exercem profissões liberais, a maioria dos membros do **Conselho Consultivo para os Assuntos Municipais do Instituto para os Assuntos Municipais** não menciona que profissão exercem ou se estão desempregados ou aposentados. Nos seus “**Curriculum Vitae**” enquanto membros, para além da menção das habilitações literárias e experiência em funções em entidades sem fins lucrativos, **não menciona se cumulativamente são titulares ou detém participações sociais em sociedades**

ou empresas comerciais, sendo difícil escrutinar o conflito de interesses, se possui algum vínculo de afinidade, parentesco ou amizade íntima ou de qualquer natureza que possa perigar o interesse público.

Pelo exposto, venho solicitar ao Governo, que me sejam dadas respostas, de uma forma **CLARA, PRECISA, COERENTE, COMPLETA**, e em tempo útil, às seguintes questões:

1. Vai o Governo, melhorar a transparência governativa, implementando medidas efectivas tais como, a divulgação obrigatória dos “**Curriculum Vitae**” de todos membros dos **fundos, conselhos consultivos e demais entidades ao serviço do interesse público incluindo o Conselho Consultivo para os Assuntos Municipais do Instituto para os Assuntos Municipais** divulgando nas suas respectivas páginas electrónicas, as informações relativas à sua actividade privada e profissional desses membros, seu cônjuge, parente ou companheiro até o terceiro grau possuir interesse económico, financeiro ou patrimonial que possa ser afectado pela opinião ou decisão que ele venha a tomar no exercício de suas funções nomeadamente com a discriminação da titularidade e participação das sociedades e empresas comerciais, investimentos e outros vínculos financeiros relevantes para melhorar o actual escrutínio por parte da sociedade?

2. Vai o Governo publicitar na página electrónica do **Fundo de Desenvolvimento da Cultura** a informação detalhada dos membros e peritos das várias **Comissões de Avaliação de Actividades e Projectos do FDC**, nomeadamente a divulgação pública dos “**Curriculum Vitae**” (CV), profissão ou se são titulares ou detém participações sociais em sociedades ou empresas comerciais? Vai o Governo implementar e dispor na respectiva página electrónica os códigos de conduta estabelecendo normas éticas e orientação, identificando-se as funções e comportamentos de alto risco para enfrentar as eventuais situações de conflitos de interesses, estipulando as consequências para aqueles que violarem os seus termos? Vai o Governo criar um canal de denúncias e um comité interno para avaliação das condutas dos seus membros quanto perante situações de conflitos de interesses e de incompatibilidades?